



XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA PREAMBULAR

23 de outubro de 2016

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição do caderno.
- Preencha **agora** os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na folha de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- Preencha as elipses da folha de respostas com caneta esferográfica preta ou azul, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação das questões faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**; o caderno será disponibilizado para consulta no site www.mprs.mp.br.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de, **no máximo**, de 5 horas e 30 minutos.

A partir do dia 26 de outubro de 2016, o gabarito das 100 questões objetivas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e também estará disponível para consulta no site www.mprs.mp.br/concursos.



LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

1 O direito dos refugiados a proteção, apesar de garantido internacionalmente,
2 torna-se efetivo no interior dos Estados. No Brasil, é a Lei nº 9.474, de 22 de julho de
3 1997, que implementa tal direito, estabelecendo os critérios de reconhecimento do
4 status de refugiado e determinando o procedimento para esse reconhecimento.
5 A lei brasileira adota vários critérios e princípios da Convenção das Nações Unidas,
6 de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, como, por exemplo, os motivos
7 caracterizadores do refúgio e a extensão do benefício ao grupo familiar. Contudo, no
8 inciso III do artigo 1º, ela vai além e adota uma definição ampliada, entendendo a
9 grave e generalizada violação de direitos humanos como fator de reconhecimento do
10 status de refugiado. Esta inovação constitui o maior mérito da lei nacional, pois
11 expressa a vontade política de proteger as pessoas vítimas de desrespeitos aos seus
12 direitos mais fundamentais. A lei apresenta, ainda, outros aspectos positivos. No artigo
13 7º, caput, do título que trata da entrada do refugiado no Brasil, encontra-se a
14 possibilidade de pedir refúgio qualquer autoridade imigratória qualquer
15 momento e, no §1º daquele mesmo artigo, a impossibilidade da deportação, ou seja, a
16 adoção do princípio do *nonrefoulement*, característico do Direito Internacional dos
17 Refugiados. Ressalte-se também que, conforme o artigo 8º, a entrada irregular não é
18 obstáculo possibilidade de solicitação de refúgio, o que é essencial para a efetiva
19 proteção dos refugiados, já que, na maioria das vezes, a obtenção de um visto ou um
20 passaporte é impossível, em virtude da situação no país de origem.
21 Apesar disso, os direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados não são
22 expressamente protegidos, havendo somente referência aos direitos assegurados pela
23 Convenção de 51 e pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980). Este é um aspecto
24 negativo da Lei nº 9.474: havendo reforma nos diplomas internacionais que resulte na
25 perda de validade da Convenção de 51, os refugiados _ _ _ _ sem a proteção
26 complementar que é tão essencial para a reconstrução de suas vidas quanto a
27 proteção primária que _ _ _ _ vida, liberdade e segurança. Outro aspecto negativo da
28 lei nacional é a ausência de previsão de possibilidade de acesso ao Poder Judiciário no
29 que tange à elegibilidade da solicitação de refúgio. Tal ausência é justificada pelo fato
30 de que o recurso ao Poder Judiciário é previsto no ordenamento jurídico brasileiro como
31 um todo (inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal). Contudo, em face de os
32 solicitantes de refúgio não estarem familiarizados com o sistema nacional, a garantia
33 específica de acesso ao Poder Judiciário parece ser relevante para lhes assegurar o
34 direito a remédios adequados em caso de violações de seus direitos fundamentais.
35 Assim, _ _ _ _ dizer que o Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474, de
36 um sistema lógico, justo e atual de concessão de refúgio, razão pela qual veio a ser
37 apontado como paradigma na América do Sul, apesar de haver espaço para melhoras
38 e aperfeiçoamento.

Extraído e adaptado de:
Jubilut, Liliana Lyra. O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no
ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007. p. 189-196.

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as duas lacunas pontilhadas da linha 14 e a lacuna pontilhada da linha 18, respectivamente.

- (A) a – a – a
- (B) a – à – a
- (C) à – à – à
- (D) à – a – a
- (E) a – a – à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 25, 27 e 35, respectivamente.

- (A) ver-se-iam – lhes assegura – pode-se
- (B) se veriam – assegura-lhes – se pode
- (C) se veriam – lhes assegura – pode-se
- (D) ver-se-iam – assegura-lhes – pode-se
- (E) ver-se-iam – lhes assegura – se pode

3. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto.

- (A) A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, segue todos os critérios e princípios da Convenção das Nações Unidas, de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados.
- (B) O artigo que trata da entrada de refugiados no Brasil é característico do Direito Internacional dos Refugiados.
- (C) A possibilidade de solicitar refúgio mesmo com entrada irregular no Brasil é essencial porque a situação no país de origem pode impedir a obtenção de visto ou passaporte.
- (D) Um aspecto negativo da Lei nº 9.474 é que ela não oferece qualquer proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados.
- (E) A previsão de possibilidade de acesso dos refugiados ao Poder Judiciário é justificada por sua ausência no ordenamento jurídico brasileiro como um todo.

4. Considere as seguintes afirmações.

- I. A Lei nº 9.474 inova em relação à Convenção das Nações Unidas, de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados ao reconhecer o status de refugiado dos que sofrem grave e generalizada violação de direitos humanos.
- II. A Lei nº 9.474 apresenta vários aspectos positivos, mas seu maior mérito é expressar a vontade política brasileira de proteger as pessoas vítimas de desrespeitos aos seus direitos mais fundamentais.
- III. A Lei nº 9.474 oferece uma proteção primária, que assegura vida, liberdade e segurança aos refugiados, mas não assegura expressamente a proteção complementar garantida pela Convenção das Nações Unidas, de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados.

Quais estão de acordo com o texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

5. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas dos enunciados abaixo, na ordem em que aparecem.

ENUNCIADO 1 - A substituição de ***O direito dos refugiados a proteção*** (l. 1) por **Os direitos dos refugiados** exige alteração de _____ outras palavras no primeiro parágrafo.

ENUNCIADO 2 - A substituição de ***os solicitantes*** (l. 31-32) por **o solicitante** exige alteração de _____ outra(s) palavra(s) no mesmo período.

- (A) três – uma
- (B) três – duas
- (C) quatro – duas
- (D) quatro – três
- (E) cinco – três



6. Considere as propostas de reescrita abaixo, de referências textuais a dispositivos legais.

- I. **a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997** (l. 2-3): *a Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997*
- II. **no inciso III do artigo 1º** (l. 7-8): *no artigo 1º, III*
- III. **No artigo 7º, caput, do título** (l. 12-13): *no caput do artigo 7º do título*
- IV. **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal** (l. 31): *artigo 5º, XXXV da Constituição Federal*

Quais propostas são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

7. Considere as seguintes propostas de alteração referentes a nexos e modos de conexão do texto.

- I. Substituição de [...] , **pois** [...] (l. 10) por [...]] **e, conseqüentemente,** [...].
- II. Substituição de **havendo** (l. 24) por **uma vez que haja**.
- III. Substituição de **Contudo** (l. 31) por **Desse modo**.

Quais são corretas e mantêm o sentido do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

8. Considere as seguintes afirmações, referentes às relações de regência do texto.

- I. A substituição de **trata** (l. 13) por **se trata** não exigiria qualquer outra modificação no texto.
- II. A substituição de **na perda** (l. 24-25) por **a perda** exigiria a inserção da preposição *de* entre **diplomatas internacionais** e **que** (l. 24).
- III. A substituição de **dizer** (l. 35) por **alegar** exigiria a inserção da preposição *de* antes de **que** (l. 35).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

9. Assinale a alternativa em que a ocorrência da palavra *que* é um pronome relativo que introduz uma oração adjetiva.

- (A) [...] **Ressalte-se também que,** [...] (l. 17)
- (B) [...] **já que, na maioria das vezes,** [...] (l. 19)
- (C) [...] **sem a proteção complementar que é tão essencial** [...] (l. 25-26)
- (D) [...] **pelo fato de que o recurso ao Poder Judiciário é previsto** [...] (l. 29-30)
- (E) [...] **dizer que o Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474,** [...] (l. 35)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10. Considere o trecho abaixo, extraído do último parágrafo do texto (l. 35-38), e as três propostas para sua reescrita.

[O] ***Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474, de um sistema lógico, justo e atual de concessão de refúgio, razão pela qual veio a ser apontado como paradigma na América do Sul, apesar de haver espaço para melhoras e aperfeiçoamento.***

- I. Ainda que haja espaço para melhoras e aperfeiçoamento, o Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474, de um sistema lógico, justo e atual de concessão de refúgio, razão pela qual veio a ser apontado como paradigma na América do Sul.
- II. Ainda que haja espaço para melhoras e aperfeiçoamento, o Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474, de um sistema lógico, justo e atual de concessão de refúgio. Por esta razão, veio a ser apontado como paradigma na América do Sul.
- III. O Brasil passou a dispor, com o advento da Lei nº 9.474, de um sistema lógico, justo e atual de concessão de refúgio. Por esta razão, veio a ser apontado como paradigma na América do Sul apesar de haver espaço para melhoras e aperfeiçoamento.

Quais propostas estão corretas e preservam o sentido original do trecho?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Instrução: As questões 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

1 Quando José Arcádio Buendia percebeu que a peste tinha invadido a povoação,
2 reuniu os chefes de família para o que sabia sobre a doença da insônia – que
3 consumia a memória. Estabeleceram, então, medidas para impedir que o flagelo se
4 alastrasse para outras povoações. Os forasteiros que chegavam a Macondo tinham que
5 fazer soar um sininho para que todos soubessem que estavam sãos. Não se lhes permitia
6 comer nem beber nada durante sua estada, pois a doença só se transmitia pela boca, e
7 todas as coisas de comer e de beber estavam contaminadas pela insônia. Desta forma,
8 manteve-se a peste circunscrita ao perímetro do povoado. Tão eficaz foi a quarentena
9 que chegou o dia em que a situação de emergência passou a ser encarada como coisa
10 natural e ninguém em Macondo voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir.

11 Aureliano concebeu, então, uma fórmula que, por alguns meses, havia de das
12 evasões da memória. Descobriu-a por acaso. Um dia, procurando a pequena bigorna que
13 utilizava para laminar metais, não se lembrou do seu nome e perguntou ao pai, que lhe
14 disse: "tás". Escreveu, então, o nome num papel que pregou com cola na bigorninha:
15 "tás". Assim, ficou convencido de que não esqueceria dele no futuro. Não lhe ocorreu
16 que fosse aquela a primeira manifestação da doença. Poucos dias depois, entretanto,
17 descobriu que estava com dificuldade de se lembrar de quase todas as coisas do
18 laboratório. Então, marcou-as com o nome respectivo. Quando seu pai de seu
19 pavor de esquecer-se de tudo, Aureliano lhe explicou o método, e José Arcádio Buendia
20 o pôs em prática. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com o seu nome:
21 *mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela*. Foi ao curral e marcou os animais e
22 as plantas: *vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira*.

23 Chegou o dia em que, embora reconhecendo as coisas por suas inscrições, não se
24 recordava de sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaco
25 da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo
26 estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: "Esta é a vaca, tem-se de ordenhar
27 todas as manhãs para que produza o leite. O leite, é preciso ferver para misturá-lo com
28 o café e fazer café com leite." Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia
29 momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio
30 quando esquecessem os valores das letras escritas.

Extraído e adaptado de: Gabriel Garcia Marques, *Cem Anos de Solidão*. Trad. Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Record, 1975, p. 37-38.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 2, 11 e 18, respectivamente.

- (A) informar-lhes – defendê-los – o inteiro
- (B) informá-los – defender-lhes – lhe inteiro
- (C) informá-los – defendê-los – lhe inteiro
- (D) informar-lhes – defender-lhes – o inteiro
- (E) informar-lhes – defendê-los – lhe inteiro

12. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto.

- (A) José Arcádio Buendia e os chefes das famílias de Macondo tentaram impedir que a doença da insônia se alastrasse pela povoação.
- (B) A quarentena adotada em Macondo foi tão eficiente que logo ninguém mais se preocupava com o problema do esquecimento.
- (C) Aureliano sempre utilizava uma pequena bigorna na qual havia um papel com o nome do objeto, e percebeu que este poderia ser um modo de evitar “as evasões da memória”.
- (D) Aureliano percebeu que o pai, José Arcádio, estava com dificuldades para se lembrar do nome das coisas do laboratório, e sugeriu-lhe os papéis anotados com o nome delas.
- (E) José Arcádio generalizou o uso dos papéis anotados: não apenas saiu colocando-os em todas as coisas, como também passou a indicar neles o modo como as coisas eram usadas.

13. No texto, há situações descritas por Garcia Marques que podem ser classificadas em três tipos:

1. absurdas porque contrárias aos fatos como os conhecemos em nosso mundo;
2. irracionais porque contrárias às ações que nosso bom senso recomendaria;
3. cômicas, ainda que não sejam absurdas ou irracionais na situação narrada.

Abaixo, estão listadas três situações identificadas no texto.

- () a preocupação apenas com os forasteiros, e não com os habitantes de Macondo
- () a tentativa de afixar papéis em todas as coisas, para lembrar de seu nome e uso
- () o fato de a insônia ser uma doença contagiosa e ser transmitida pela boca

Com base na associação do bloco superior ao inferior, assinale a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo.

- (A) 2 – 1 – 3
- (B) 2 – 3 – 1
- (C) 1 – 3 – 2
- (D) 3 – 2 – 1
- (E) 3 – 1 – 2

14. A partir do segundo parágrafo, o texto apresenta um raciocínio sobre as relações entre linguagem, realidade e memória, constituído das proposições constantes no bloco abaixo. Enumere-as de 1 a 4, conforme a ordem em que se pode reconhecê-las no texto.

- () A memória permite lembrar as expressões da linguagem.
- () As expressões da linguagem permitem descrever o uso das coisas.
- () A identificação das coisas e a descrição de seu uso permitem capturar a realidade.
- () As expressões da linguagem permitem identificar as coisas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) 3 – 4 – 2 – 1
- (B) 1 – 3 – 4 – 2
- (C) 4 – 1 – 2 – 3
- (D) 2 – 1 – 3 – 4
- (E) 2 – 4 – 3 – 1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

15. O autor utiliza palavras e expressões em linguagem figurada. Assinale a alternativa que apresenta substituições adequadas, em linguagem literal, para *invadido* (l. 1), *evasões* (l. 12) e *capturada* (l. 29).

- (A) contagiado – perdas – lembrada
- (B) ocupado – fugas – aprisionada
- (C) contagiado – fugas – lembrada
- (D) ocupado – perdas – aprisionada
- (E) ocupado – fugas – lembrada

16. Considere o trecho que começa com *Os forasteiros* (l. 4) e termina com *pela insônia* (l. 7). Se, nesse trecho, o segmento *Os forasteiros* (l. 4) fosse substituído por *O forasteiro*, quantas outras palavras deveriam sofrer modificação em virtude das regras de concordância?

- (A) Duas.
- (B) Três.
- (C) Quatro.
- (D) Cinco.
- (E) Seis.

17. Considere as seguintes relações entre forma verbal e referente correspondente ao sujeito da forma verbal indicada.

- I. *soar* (l. 5) – os forasteiros
- II. *marcou* (l. 20) – Aureliano
- III. *esquecessem* (l. 30) – os habitantes de Macondo

Quais relações são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

18. Considere os períodos abaixo, em que se sublinha uma construção verbal contendo o pronome *se* :

- I. *Não se lhes permitia comer nem beber nada durante sua estada* (l. 5-6)
- II. *Um dia, procurando a pequena bigorna que utilizava para laminar metais, não se lembrou do seu nome* (l. 12-13)
- III. *Esta é a vaca, tem-se de ordenhar todas as manhãs para que produza o leite* (l. 26-27)

Em quais desses períodos a construção sublinhada poderia ser convertida para a voz passiva analítica?

- (A) Apenas em I.
- (B) Apenas em II.
- (C) Apenas em III.
- (D) Apenas em I e II.
- (E) Apenas em I e III.



19. Considere o trecho abaixo, extraído do texto, e as três propostas de reescrita para ele.

Tão eficaz foi a quarentena que chegou o dia em que a situação de emergência passou a ser encarada como coisa natural e ninguém em Macondo voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir. (l. 8-10)

- I. A quarentena foi tão eficaz que chegou o dia em que a situação de emergência passou a ser encarada como coisa natural, momento em que ninguém em Macondo voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir.
- II. A quarentena foi tão eficaz que chegou o dia em que a situação de emergência passou a ser encarada como coisa natural; a partir de então, ninguém em Macondo voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir.
- III. A quarentena foi muito eficaz; em consequência, chegou o dia em que a situação de emergência passou a ser encarada como coisa natural. A partir de então, ninguém em Macondo voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir.

Quais propostas estão corretas e preservam o sentido do trecho?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

20. Considere as seguintes propostas de alteração de períodos do texto, levando em conta especialmente a regência dos termos.

- I. Se a forma verbal ***utilizava*** (l. 13) fosse substituída por ***se utilizava***, nenhuma outra alteração seria necessária no período.
- II. Se o segmento ***ficou convencido*** (l. 15) fosse substituído por ***ficou certo***, seria necessário alterar ***de que*** (l. 15) para ***que***.
- III. Se o segmento ***estava com dificuldade*** (l. 17) fosse substituído por ***era difícil***, seria necessário alterar ***de se lembrar*** (l. 17) para ***lembrar-se***.

Quais propostas são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.



Instrução: As questões 21 a 30 referem-se ao texto abaixo.

1 O domínio neerlandês no Brasil representou o episódio central do conflito que, no
2 século XVII, opôs Portugal à República das Províncias Unidas dos Países Baixos em torno
3 do controle do açúcar brasileiro, do tráfico negreiro, de que ele dependia, e do comércio
4 das especiarias asiáticas. O saldo da luta foi “uma vitória para os neerlandeses na Ásia,
5 um empate na África ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil”, segundo o
6 balanço de C. R. Boxer. Uma leitura estritamente militar do conflito poderia limitá-lo ao
7 domínio batavo no Brasil, induzindo a crer que ele teria se encerrado em janeiro de 1654
8 com a rendição do Recife, cercado pelo exército luso-brasileiro e pela terceira armada da
9 Companhia Geral de Comércio. Na realidade, a capitulação da campina do Taborda foi
10 seu desfecho apenas em solo brasileiro, não o definitivo, já que a pugna luso-neerlandesa
11 continuaria no palco internacional.

12 Longe de nós, a disputa prosseguiria sob a forma do bloqueio do Tejo pela marinha
13 neerlandesa e da conseqüente guerra marítima de 1657-61, bem como da ofensiva da
14 Companhia das Índias Orientais na Índia e, ainda, das negociações diplomáticas que
15 enfim levaram aos tratados de 1661 e 1669, pelos quais a república do Norte europeu
16 reconheceu a soberania portuguesa no Nordeste, em troca de substanciais concessões
17 financeiras e comerciais. Ao longo desses anos, a possibilidade de novo ataque ao Brasil
18 foi preocupação constante da Coroa; e ainda em 1703, quando de sua constituição, a
19 aliança luso-anglo-neerlandesa dirigida contra Luís XIV teria de resolver problemas
20 remanescentes do tempo da ocupação. Assim, a questão fundamental para o
21 estabelecimento das fronteiras do Brasil não esteve nem no Prata nem na Amazônia,
22 mas no Nordeste. Foi aí que sua integridade territorial correu maior perigo. Por
23 lamentável que tivesse sido, a perda do Rio Grande do Sul não teria comprometido a
24 unidade nacional, como não o fará a independência do Uruguai. Mas a consolidação do
25 Brasil holandês teria certamente espatifado a América portuguesa.

Extraído e adaptado de: Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 9-10.

21. Assinale a alternativa que **NÃO** está de acordo com o texto.

- (A) O período em que os Países Baixos dominaram o Nordeste brasileiro é parte do conflito entre neerlandeses e portugueses que se deu no século XVII.
- (B) O conflito militar em solo brasileiro encerrou-se com a rendição de Recife, em 1654, ao exército luso-brasileiro e a forças marítimas da Companhia Geral de Comércio.
- (C) De um ponto de vista militar, o conflito entre neerlandeses e portugueses encerrou-se com o fim das hostilidades em solo brasileiro.
- (D) O conflito continuou em palco internacional, com novas ações na Europa e nas Índias, e encerrou-se, no que diz respeito à posse do Nordeste, com os tratados de 1661 e 1669.
- (E) Ainda em 1703, havia problemas remanescentes da ocupação do Nordeste, que portugueses e neerlandeses precisavam resolver em função da aliança contra Luís XIV.

22. Assinale a alternativa que apresenta uma inferência autorizada pelo texto.

- (A) A terceira armada da Companhia Geral do Comércio era uma força aliada aos neerlandeses.
- (B) É a capitulação da campina do Taborda que encerra o conflito militar entre neerlandeses e portugueses no Brasil, e não a rendição de Recife.
- (C) Após o fim do conflito militar no Brasil, um novo ataque ao Brasil continuou sendo uma preocupação constante da Coroa neerlandesa.
- (D) Houve problema no estabelecimento das fronteiras do Brasil na região da Amazônia.
- (E) A independência do Uruguai não afetou a integridade territorial do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23. Assinale a alternativa que apresenta as expressões que melhor substituem, de acordo com o sentido do texto, **representou** (l. 1), **estritamente** (l. 6) e **consequente** (l. 13), respectivamente.

- (A) simbolizou – rigorosamente – subsequente
- (B) constituiu – exclusivamente – decorrente
- (C) constituiu – rigorosamente – decorrente
- (D) simbolizou – exclusivamente – subsequente
- (E) simbolizou – rigorosamente – decorrente

24. O texto apresenta expressões que se referem ao país que hoje chamamos de Holanda, ou a seu povo, tropas ou representantes. Algumas expressões fazem isso em virtude de seu significado inerente; outras, apenas pelo contexto – isto é, se estivessem em outro texto, poderiam se referir a outra coisa. Assinale a alternativa que contém uma expressão que pertence a este segundo grupo.

- (A) **República das Províncias Unidas dos Países Baixos** (l. 2)
- (B) **neerlandeses** (l. 4)
- (C) **batavo** (l. 7)
- (D) **a república do Norte europeu** (l. 15)
- (E) **holandês** (l. 25)

25. Assinale a alternativa que contém uma afirmação **INCORRETA** sobre a morfologia da palavra.

- (A) [**T**] **ráfico** (l. 3) contém o sufixo *-ico*, que se aplica a verbos e deriva substantivos.
- (B) [**N**] **egreiro** (l. 3) contém o sufixo *-eiro*, que se aplica a substantivos e deriva adjetivos.
- (C) [**O**] **cidental** (l. 5) contém o sufixo *-al*, que se aplica a substantivos e deriva adjetivos.
- (D) [**R**] **endição** (l. 8) contém o sufixo *-ção*, que se aplica a verbos e deriva substantivos.
- (E) [**D**] **esfecho** (l. 10) é um caso de formação regressiva de substantivo a partir de verbo.

26. Assinale a alternativa que apresenta uma relação de referência correta entre o pronome e o segmento a que ele se refere.

- (A) **ele** (l. 3) – **o tráfico negreiro** (l. 3)
- (B) **-lo** (l. 6) – **o balanço de C. R. Boxer** (l. 5-6)
- (C) **ele** (l. 7) – [**o**] **domínio batavo no Brasil** (l. 6-7)
- (D) **seu** (l. 10) – [**o**] **conflito** [entre portugueses e neerlandeses] (l. 6)
- (E) **sua** (l. 18) – **preocupação constante da Coroa** (l. 18)

27. Considere as seguintes afirmações, acerca da pontuação utilizada no texto (ignorando alterações relativas ao uso de maiúsculas e minúsculas).

- I. Se **já que** (l. 10) fosse eliminado, a vírgula que segue imediatamente **definitivo** (l. 10) poderia ser substituída por dois-pontos.
- II. A vírgula que segue imediatamente **1669** (l. 15) poderia ser eliminada.
- III. O ponto final que segue **Nordeste** (l. 22) poderia ser substituído por dois-pontos.

Quais afirmações estão corretas e preservam o sentido do texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.



28. Considere o trecho abaixo, extraído e adaptado do texto (l. 12-15), e as três propostas de reescrita para ele.

Longe de nós, a disputa prosseguiria sob a forma do bloqueio do Tejo pela marinha neerlandesa e da consequente guerra marítima de 1657-61, bem como da ofensiva da Companhia das Índias Orientais na Índia.

- I. Inserção de **seja** antes de **do bloqueio do Tejo** e no lugar de **bem como**.
- II. Inserção de **seja** antes de **sob a forma** e no lugar de **bem como**.
- III. Inserção de **seja** antes de **do Tejo** e no lugar de **bem como**.

Assinale a alternativa cujas alterações conservariam corretamente as relações de paralelismo do trecho (ignorando eventuais ajustes no uso de vírgulas).

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

29. Considere as seguintes afirmações acerca do trecho final do texto (l. 20-25).

- I. A ocupação neerlandesa do Nordeste foi um problema mais grave para o estabelecimento das fronteiras do Brasil do que os problemas enfrentados na região do Prata ou da Amazônia.
- II. A consolidação do Nordeste holandês teria sido um problema mais grave para a unidade nacional do Brasil do que a perda do Rio Grande do Sul.
- III. O Nordeste é uma região mais importante para o Brasil que a Amazônia ou o Rio Grande do Sul.

Quais destas afirmações podem ser compreendidas do trecho?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

30. Considere as três afirmações abaixo, acerca do uso de expressões verbais do texto com os tempos do futuro em português.

- I. A forma **teria de resolver** (l. 19) expressa um evento que é futuro em relação a algum evento do passado.
- II. A forma **teria comprometido** (l. 23) expressa um evento hipotético.
- III. A forma **fará** (l. 24), embora no presente do indicativo, não expressa um evento futuro em relação ao nosso presente, mas em relação a um evento do passado.

Quais afirmações estão de acordo com o uso das expressões no texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.



CONHECIMENTO JURÍDICO

31. Assinale a alternativa que completa de forma **INCORRETA** a lacuna do enunciado abaixo.

O Estado, consoante dispõe o artigo 35 da Carta Federal, só intervirá em seus Municípios, e a União nos Municípios localizados em Território Federal, quando _____ .

- (A) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada
- (B) necessário para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública
- (C) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei
- (D) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde
- (E) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial

32. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. Nesta perspectiva, nos termos do artigo 86 da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) o Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (C) o afastamento do Presidente poderá ser prorrogado para o regular prosseguimento do processo, se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído.
- (D) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- (E) o Presidente da República, nas infrações comuns, não estará sujeito à prisão enquanto não sobrevier sentença condenatória.

33. Consoante preceituam os artigos 102 e 103 da Carta da República, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
- (C) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (E) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

34. Assinale a alternativa que completa de forma **INCORRETA** a lacuna do enunciado abaixo.

Nos termos do artigo 130-A da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe _____ .

- (A) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências
- (B) zelar pela observância do artigo 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas
- (C) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, excluídos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa
- (D) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano
- (E) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no artigo 84, inciso XI, da Carta (compete privativamente ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias)

35. Nos moldes fixados pelo artigo 212 da Carta da República, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
- (C) a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.
- (D) a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
- (E) as cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes pública e privada de ensino.

36. São reconhecidos aos índios, nos moldes do artigo 231 da Constituição Federal, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Com base nessa informação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (C) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (D) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere o artigo 231 da Constituição Federal, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ainda que presente interesse público da União, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.
- (E) As terras de que trata o artigo 231 da Carta da República são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

37. Assinale a alternativa que **NÃO** está de acordo com o disposto na Lei Federal nº 12.651/2012 do Código Florestal.

- (A) **Área de Preservação Permanente - APP:** área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- (B) **Reserva Legal:** área localizada no interior de uma propriedade ou posse urbana com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- (C) **Uso Alternativo do Solo:** substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.
- (D) **Manejo Sustentável:** administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.
- (E) **Área Verde Urbana:** espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

38. A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, quando desenvolvidas em imóveis considerados como pequena propriedade ou posse rural familiar, dependerão, nos termos do artigo 52 do Código Florestal, de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural, **salvo se** a atividade desenvolvida for de

- (A) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável.
- (B) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo ou construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro.
- (C) construção e manutenção de cercas na propriedade e coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos.
- (D) implementação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber, e pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (E) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área.



39. Assinale a alternativa **INCORRETA** nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998.

- (A) São circunstâncias que atenuam a pena o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente, o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada, comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental e colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- (B) A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- (C) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível não poderá ser aproveitada no processo penal.
- (D) A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado nos termos do *caput* do artigo 20 da Lei nº 9.605/1998, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.
- (E) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na Lei nº 9.605/1998 terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

40. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Com base nessa informação, consoante dispõe a Lei Federal nº 9.433/1997, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes e as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.
- (B) Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá, ainda, preservar o uso múltiplo destes.
- (C) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, podendo o Poder Executivo Federal delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- (D) A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nos casos em que ficar evidenciado não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga, ausência de uso por três anos consecutivos, necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas, necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental, necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas ou necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.
- (E) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, vedada sua renovação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

41. Com relação à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de acesso à informação contempla as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (B) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- (C) A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, ainda que fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares.
- (D) Os órgãos e entidades públicas não prescindirão de requerimentos para promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.
- (E) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

42. Relativamente à Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, chamada de Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (B) Os dirigentes ou administradores das pessoas jurídicas serão responsabilizados por atos ilícitos praticados, independentemente da sua culpabilidade.
- (C) A responsabilidade da pessoa jurídica será afastada na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- (D) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.
- (E) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não poderá ser delegada.

43. Assinale a alternativa correta, em relação às parcerias público-privadas.

- (A) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- (B) O prazo do contrato de parceria público-privada não pode ser inferior a 10 (dez) anos nem superior a 35 (trinta e cinco) anos.
- (C) No contrato de parceria público-privada o risco é assumido exclusivamente pelo parceiro privado.
- (D) Pertencem ao parceiro privado os ganhos econômicos efetivos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados por ele.
- (E) É vedada a emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

44. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por _____, dentro do período determinado por _____, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da _____.

- (A) Emenda à Constituição Estadual – Lei Federal – Lei Orgânica Municipal
- (B) Emenda à Constituição Estadual – Lei Orgânica Municipal – Lei Federal
- (C) Lei Estadual – Lei Complementar Federal – Lei
- (D) Lei Estadual – Lei – Lei Complementar Federal
- (E) Lei Complementar Federal – Lei Estadual – Constituição Estadual



45. Em relação ao controle e fiscalização da administração municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- (B) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal, na forma da lei.
- (C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) Na apreciação das contas de gestão do Prefeito Municipal é vedada a imposição de multa ou a determinação de ressarcimento ao erário, o que dependerá de sentença judicial transitada em julgado.
- (E) Ao flagrar falhas relacionadas a ato de admissão de pessoal no âmbito do Município, o Tribunal de Contas exonerará imediatamente o servidor indevidamente nomeado.

46. No âmbito do exercício do poder de tributar, é conduta permitida

- (A) cobrar tributos, em casos emergenciais, de grave crise econômica, em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (B) cobrar imposto sobre produtos industrializados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) limitar o tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- (E) instituir imposto sobre grande fortunas, confiscando bens que tragam o crescimento exagerado do patrimônio de pessoas muito ricas.

47. Relativamente à responsabilidade tributária, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade tributária é pessoal, não podendo ser transferida a terceiros.
- (B) o sucessor é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujos, ainda que a dívida tributária ultrapasse o valor do respectivo quinhão hereditário.
- (C) a extinção de pessoa jurídica de direito privado acarreta a extinção da obrigação tributária, ainda que a exploração da atividade seja continuada por sócio remanescente.
- (D) a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (E) não se considera espontânea, para fins de exclusão da responsabilidade, a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

48. À luz da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é requisito para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa:

- (A) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra e dos tributos que sobre esses contratos incidirem.
- (B) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (C) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (D) a indicação dos membros da comissão de licitação que será responsável pela realização do procedimento de escolha dos contratos que serão realizados.
- (E) a indicação dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos e dos requisitos de liquidação das respectivas despesas.



49. Tendo em vista o tratamento constitucional dos orçamentos, admite-se, sem a necessidade de prévia autorização legislativa,

- (A) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo.
- (B) a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (C) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- (D) a instituição de fundos de qualquer natureza.
- (E) a previsão das despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.

50. Com relação ao Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Corregedor será eleito em sessão secreta, pelo mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (B) Promotor de Justiça, membro do Conselho Nacional, poderá ser eleito Corregedor.
- (C) Somente os membros do Ministério Público que integram o Conselho Nacional poderão ser eleitos Corregedor.
- (D) O Corregedor tomará posse imediatamente após a proclamação do resultado da eleição.
- (E) O Corregedor não tem direito a voto em processos administrativos disciplinares julgados nas sessões plenárias do Conselho Nacional do Ministério Público.

51. De acordo com as Resoluções em vigência do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos inquéritos policiais, em que houver quebra de sigilo de comunicações a requerimento da autoridade policial e deferida na forma da lei, o membro do Ministério Público está dispensado de levar a efeito controle sobre o prazo para conclusão das indagações policiais, pois se trata de atividade típica da polícia judiciária.
- (B) O membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional deve inspecionar pessoalmente os serviços de acolhimento familiar sob sua responsabilidade. Se as respectivas unidades do Ministério Público, no entanto, forem dotadas de equipe interdisciplinar composta por (01) psicólogo e um (01) pedagogo, o membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional poderá delegar, desde que subscreva o relatório daí resultante, a realização da inspeção anual, a ser realizada no mês de março, denominada *inspeção anual*, para a referida equipe.
- (C) Apenas a Polícia Federal e as Polícias Civas dos Estados membros estão sujeitas, na forma do inciso VII do artigo 129 da Constituição Federal, ao controle externo do Ministério Público.
- (D) Ato normativo da Corregedoria-Geral da respectiva unidade do Ministério Público poderá prever hipótese de dispensa das inspeções bimestrais das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, desde que atendidos critérios objetivos quanto ao respectivo funcionamento (como, por exemplo, a inocorrência de rebelião nos últimos seis meses; a inexistência de excesso de ocupação e a inocorrência de registro de tortura ou maus-tratos nos últimos seis meses).
- (E) Os membros do Ministério Público incumbidos do controle do sistema carcerário devem visitar uma vez a cada semestre os estabelecimentos penais sob sua responsabilidade, registrando sua presença em livro próprio.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

52. Tendo como supedâneo a legislação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no que diz respeito aos órgãos da Administração Superior, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Corregedor-Geral será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
- (B) Compete ao Colégio de Procuradores eleger, dentre os seus membros, em votação secreta, os integrantes do Órgão Especial e dar-lhes posse.
- (C) Compete ao Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos substituir o Procurador-Geral de Justiça em suas faltas.
- (D) É vedada a acumulação da função de confiança com a função de integrante do Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) O membro que estiver exercendo mandato no Conselho Nacional de Justiça poderá exercer a função de Corregedor-Geral.

53. Com relação às normas disciplinares no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A pena de suspensão será aplicada no caso de exercício da advocacia.
- (B) Extinguir-se-á pela prescrição em três anos a punibilidade administrativa da falta funcional prevista com pena de censura.
- (C) O curso da prescrição interrompe-se pela decisão transitada em julgado.
- (D) O Procurador-Geral de Justiça poderá, de ofício, determinar o afastamento preventivo de suas funções o membro que responde a processo administrativo-disciplinar, por até 90 dias, prorrogáveis por mais 60.
- (E) O membro do Ministério Público que tiver sido afastado preventivamente de suas funções no curso de processo administrativo-disciplinar terá direito à percepção dos vencimentos e vantagens.

54. À luz da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo.

() Uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente inserido em programa de acolhimento institucional ou familiar é a atuação integrada dos órgãos do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e dos encarregados da execução das políticas públicas estaduais e municipais. (art. 88)

() Na aplicação das medidas de proteção, a criança e o adolescente têm direito a ser ouvidos e a participar dos atos e da definição da medida de promoção dos direitos e de proteção. (art. 100, parágrafo único, inciso XII)

() A implementação de programas para atendimento da criança e do adolescente em situação de rua vai de encontro ao direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, assegurado no Artigo 16, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

() A apelação da sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar deve ser sempre recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo. (art. 199-B)

() O afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar é de competência do Conselho Tutelar e independe de autorização judicial. (art. 101, §§ 2.º e 3.º)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F – F.
- (B) F – V – V – F – F.
- (C) V – F – F – V – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – V – F – V – V.



55. Com relação à posse, considere as seguintes afirmações.

- I. O adquirente da coisa, que recebe a titularidade da posse indireta e se sub-roga na sua posição, pode ajuizar contra o possuidor direto ação possessória, se não houver a restituição no tempo devido.
- II. O esbulho é atacado pela ação de manutenção na posse. A turbação pela reintegração de posse e a ameaça pela ação de interdito proibitório.
- III. Em Direito Sucessório a transmissão da posse é *ex lege*, em razão única do título da sucessão hereditária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

56. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito dos Direitos Reais no Código Civil.

- (A) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir em seu terreno, por tempo indeterminado, mediante instrumento particular, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos.
- (B) A hipoteca abrange as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel, sendo nula a proibição da alienação do imóvel hipotecado.
- (C) O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.
- (D) São tipos de direitos reais: o direito do promitente comprador do imóvel, o uso e a concessão especial para fins de moradia.
- (E) A usucapião é modo originário de aquisição da propriedade, em razão da posse prolongada e qualificada por requisitos estabelecidos em lei.

57. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao Direito das Sucessões.

- (A) O cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes nos bens particulares, não nos comuns, na ordem da vocação hereditária.
- (B) Os herdeiros do indigno herdaram por representação, nos casos previstos em lei.
- (C) A parte do renunciante acresce à dos coerdeiros da mesma classe e do mesmo grau.
- (D) A herança jacente é sempre transitória.
- (E) O herdeiro necessário perderá o direito à legítima se lhe forem deixados bens em testamento que constituam a parte disponível do testador.

58. Assinale a alternativa correta quanto ao Direito das Obrigações.

- (A) Na obrigação de dar a coisa certa, se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este somente pelo pagamento do equivalente em dinheiro.
- (B) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (C) Inexiste restrição legal à compra, ainda que em hasta pública, por parte de tutores, curadores, testamenteiros e administradores, dos bens confiados à sua guarda.
- (D) Nas várias espécies de contratos a doação de ascendente a descendentes é inválida se não houver a anuência dos demais herdeiros.
- (E) A compensação é um modo de extinção de obrigação, até onde se equivalerem, entre pessoas que são, ao mesmo tempo, devedor e credor uma da outra.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

59. Assinale a alternativa correta quanto ao Direito de Família.

- (A) Os que recebem o suprimento judicial para casar podem livremente escolher o regime de bens.
- (B) A ação de contestação da paternidade é imprescritível, tanto quanto a de investigação de paternidade.
- (C) Quando o regime de bens for o da comunhão parcial, exige-se o pacto antenupcial ou documento particular firmado pelos nubentes.
- (D) A união estável *post mortem* não precisa de prova da convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida como o objetivo de constituição de família.
- (E) O impedimento matrimonial de afinidade na linha colateral não se extingue com a dissolução do casamento.

60. Considere as seguintes afirmações quanto à obrigação alimentar.

I. A obrigação alimentar avoenga é facultativa.

II. A obrigação alimentar entre cônjuges/companheiros está lastreada no dever de mútua assistência, persistindo após a separação quando restar demonstrada a dependência econômica de um em relação ao outro, observado o binômio necessidade/possibilidade.

III. O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioria não precisa de decisão judicial.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

61. Assinale a alternativa correta a respeito da tutela, curatela e guarda no Código Civil.

- (A) Se o menor estiver sob tutela, a emancipação será concedida por sentença do juiz, ouvido o tutor.
- (B) Cabível ser concedida tutela aos avós maternos, mediante pedido formulado pela mãe, em razão do genitor estar preso.
- (C) Os filhos sempre estão sujeitos ao poder familiar.
- (D) O direito de visita é somente do pai ou da mãe, em cuja guarda não estejam os filhos.
- (E) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre todos os atos da vida civil.

62. Nas relações de consumo não se aplica a regra:

- (A) da inversão do ônus da prova.
- (B) da desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) da responsabilidade solidária de todos os fornecedores.
- (D) do *pacta sunt servanda*.
- (E) do princípio da boa-fé objetiva na fase pré-contratual.

63. Considerando a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A alteração do nome ocorre em duas situações: imotivadamente, no prazo de um ano, a contar da maioria ou por exceção e motivadamente após audiência do Ministério Público.
- (B) É sujeita a registro a opção de nacionalidade, bem como as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.
- (C) A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico com audiência do Ministério Público.
- (D) A suscitação de dúvida é procedimento de jurisdição voluntária que tanto no registro imobiliário quanto perante o Juiz Diretor do Foro da Comarca tem natureza judicial, por esta razão sempre serão devidas custas.
- (E) É obrigatória a realização de georreferenciamento, nos casos de transferência, desmembramento, remembramento e parcelamento de imóveis rurais, a identificação da propriedade rural a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida ART.



64. Quanto ao Direito de Empresa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) No pedido de falência com base na impontualidade, para o reconhecimento da regularidade do protesto, é preciso somente que no instrumento que der ciência deste conste a assinatura da pessoa que recebeu a intimação, bem como que haja prova de que a pessoa cientificada tenha poderes de representação da empresa.
- (B) A sociedade somente adquire personalidade jurídica com a celebração do contrato de sociedade, que precisa ser reduzido a um instrumento escrito, particular ou público, com elementos básicos e próprios à sua constituição, e submetido a registro.
- (C) Na duplicata, quando o sacado promover o aceite do título, a dívida, que era obrigacional, passará também a ser cambiária, permitindo o acesso à via executiva, transformando-se em título executivo extrajudicial.
- (D) Na sociedade limitada a característica típica fundamental é a restrição de responsabilidade dos sócios, todos posicionados numa mesma categoria, nos valores empregados na formação do capital social, mas esta limitação, entretanto, é excepcionada quando não integralizado o capital social, hipótese em que a responsabilidade passa a ser solidária.
- (E) O empresário individual é identificado por meio da utilização de uma firma, como espécie de nome empresarial vinculado a uma pessoa e derivada de outro nome de natureza civil, vedada a composição da firma com uma designação fictícia.

65. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema dos limites da jurisdição nacional, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

- () Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil ou no exterior.
- () Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- () Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, desde que o autor da herança não seja de nacionalidade estrangeira ou não tenha domicílio fora do território nacional.
- () A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

66. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema da tutela provisória, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

- () A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- () Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- () Efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- () Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente, se o juiz julgar procedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

67. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema das provas, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

- () A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- () Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de comunhão universal de bens.
- () O juiz não admitirá a recusa de exibição se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.
- () Fazem a mesma prova que os originais os extratos digitais de bancos de dados públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

68. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema do cumprimento da sentença, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

- () A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, antes mesmo de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- () No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 10 (dez) dias, acrescido de custas, se houver.
- () A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.
- () No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.



69. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema dos procedimentos especiais, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Na pendência de ação possessória é permitido, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- (B) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.
- (C) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- (D) Nas ações de família, quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista.
- (E) Qualquer interessado ou o Ministério Público promoverá em juízo a extinção da fundação quando for impossível a sua manutenção.

70. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema dos recursos, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- (B) Começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado.
- (C) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- (D) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; considerando-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.
- (E) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

71. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre os temas do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, segundo disposto no Código de Processo Civil.

- (A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- (B) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de todos o pagamento da dívida comum.
- (C) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- (D) O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
- (E) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

72. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o tema da competência, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

- () A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- () Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.
- () Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença com resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- () Há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A)** V – F – V – F.
(B) F – V – V – V.
(C) V – V – F – F.
(D) F – F – V – V.
(E) F – V – F – V.

73. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

- () Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- () O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para constituição de reserva fundiária, entre outras hipóteses.
- () Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.
- () Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, uma compensação pecuniária definida.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A)** V – F – F – F.
(B) F – V – V – F.
(C) V – V – V – F.
(D) F – F – V – V.
(E) F – V – F – V.

74. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015).

- () Os Estados, mediante lei ordinária, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- () Para os efeitos da Lei nº 13.089/2015, considera-se aglomeração urbana a unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.
- () A lei estadual que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada 5 (cinco) anos.
- () A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica, entre outros elementos, um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.



A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – V.

75. "É um crime que chocou o Brasil", disse ao G1 a delegada encarregada da investigação sobre o estupro coletivo, mediante *doping*, de uma jovem de 16 anos, na comunidade do Morro da Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro, por elevado número de agressores.

A respeito deste fato, **INCORRETO** dizer

- (A) que há configuração de estupro de vulnerável, apesar da idade da ofendida, com o aumento da pena em metade, caso esta resultasse grávida.
- (B) que se trata de crime hediondo.
- (C) que ocorre um único crime, com aumento de terça parte da pena pelo concurso de pessoas, sem prejuízo da valoração da conduta de cada um dos coautores na dosimetria da pena, como circunstância judicial.
- (D) que, para a configuração do delito de estupro de vulnerável, são irrelevantes a experiência sexual ou o consentimento da vítima menor de 14 anos.
- (E) que a ação penal por estupro de vulnerável é pública incondicionada, havendo precedente jurisprudencial de que no caso de vulnerabilidade momentânea a ação é condicionada.

76. Assustado pelo atual contexto da criminalidade, um pequeno empresário, no dia do pagamento do salário aos funcionários, estando em mãos com vinte mil reais, constata o ingresso de dois rapazes no escritório e supõe tratar-se de um iminente assalto, reagindo com três letais tiros de revólver em cada um deles. Comprova-se, depois, que os rapazes tinham ido ao escritório em busca de emprego e não para assaltar.

Considerando a situação descrita, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Para a legislação penal brasileira, o erro sobre a existência de iminente agressão, no qual o empresário incorreu, excluiria a tipicidade dolosa dos dois homicídios.
- (B) Para a teoria extremada da culpabilidade, mesmo que o empresário tivesse errado a mira e atingido mortalmente um dos rapazes e um funcionário, o tratamento penal adequado seria o do erro de proibição. Assim, os dois homicídios seriam fatos típicos e antijurídicos.
- (C) A teoria limitada da culpabilidade trata como erro de proibição somente o erro que recai sobre os limites de uma causa de justificação penal.
- (D) Para os setores doutrinários que prestam dupla função ao dolo no sistema do delito, o efeito do erro inevitável sobre pressuposto fático de uma justificativa penal deve ser o de exclusão da culpabilidade dolosa; quando evitável o erro, por analogia que se justifica pela identidade da natureza negligente do fato de que decorrem, deve ser equiparado ao efeito do erro de tipo.
- (E) Para a posição doutrinária que consagra uma teoria de culpa que remete para as consequências jurídicas, o erro sobre pressuposto fático de uma excludente de ilicitude é um erro *sui generis*, que não se confunde com o erro de tipo e o erro de proibição indireto.



77. Sendo você Promotor de Justiça, **NÃO** capitularia

- (A) como homicídio consumado, a hipótese em que "A" e "B", independentemente um do outro, injetassem cada um uma dose mortal de veneno da mesma espécie na bebida de "C", que em consequência morresse ao tomá-la por inteiro.
- (B) como tentativa de homicídio, para os dois, à luz da teoria da equivalência dos antecedentes causais (*conditio sine qua non*), se "A" e "B" atirassem quase ao mesmo tempo, mas sem saber um do outro, contra a vítima, atingida por um dos tiros na cabeça e o outro no coração, cada qual com aptidão para ser imediatamente mortal, mas sem que tivesse sido esclarecido, no inquérito, quem deu qual dos tiros e quem atirou primeiro, inexistindo coautoria.
- (C) como meio cruel qualificante, o propósito do agente em aumentar, desnecessária e sadicamente, o sofrimento da vítima; e por homicídio qualificado, pelo uso de meio insidioso, quando o agente oculta a boca de um poço para que a vítima não o perceba, nele se precipite e morra.
- (D) como homicídio doloso, sem o concurso do crime de ocultação de cadáver, a ação do agente que, com dolo geral, depois de esfaquear a vítima e supor que ela tivesse morrido, viesse somente a matá-la, não pelas facadas, mas por asfixia, ao enterrá-la numa cova com a finalidade de ocultar o suposto cadáver, quando, na verdade, a vítima ainda estava viva.
- (E) em concurso formal homogêneo, os homicídios culposos decorrentes do desabamento de prédio construído de forma imperita pelo engenheiro.

78. No que concerne à tutela penal do meio ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Comete crime contra a fauna quem comercializa espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos, provenientes de pesca proibida.
- (B) A pesquisa de recursos minerais, sem a competente licença ambiental, e o descumprimento de obrigação de relevante interesse ambiental por aquele que tiver o dever contratual de fazê-lo, são hipóteses típicas de crimes ambientais.
- (C) O crime de causar poluição, e os delitos contra a flora, de cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade, e de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, ainda que em formação, estão previstos na lei ambiental nas modalidades dolosa e culposa.
- (D) Dentre as circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime ambiental, podem ser apontadas: (a) ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária; (b) ter a infração atingido área de unidade de conservação; (c) ter sido a infração praticada em domingo ou feriado.
- (E) A pena de multa fixada na sentença condenatória por crime ambiental será calculada de acordo com os critérios previstos no CP e, se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no seu valor máximo, poderá ser aumentada duas vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) Não há crime de uso de documento falso na conduta do motorista que, somente depois de lhe ter sido exigida pelo agente, exhibe Carteira Nacional de Habilitação falsa em barreira policial.
- (B) Pratica crime de excesso de exação, tal qual no fato recentemente apurado pelo Ministério Público em Porto Alegre, o Delegado de Polícia que exige vantagem indevida para a liberação de pessoas presas em flagrante.
- (C) Há crime de corrupção passiva na conduta de quem oferece dinheiro a servidor público para que este pratique ato de ofício contrário ao seu dever funcional.
- (D) O peculato desvio, em proveito de terceiro, pelo prefeito municipal, tem enquadramento específico como crime de responsabilidade, não se constituindo, o término do mandato, em causa extintiva da punibilidade, ou de readequação típica dos fatos.
- (E) É atípica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, ainda que em situação de alegada autodefesa.



80. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) os enunciados abaixo.

() Investigado por corrupção, ex-secretário de Obras Públicas da Argentina dos governos Kirchner foi preso quando prestes a enterrar milhares de dólares no terreno de um mosteiro, na província de Buenos Aires. O colombiano Pablo Escobar, conhecido narcotraficante dos anos 80/90, enterrava dinheiro oriundo do tráfico de entorpecentes. Nestas situações é razoável afirmar, à luz da doutrina especializada e de precedentes jurisprudenciais, que enterrar dinheiro produto do crime antecedente, ainda que seja para ocultá-lo, não se enquadra no tipo assimétrico da lavagem de dinheiro, se desacompanhado de um ato adicional ou contexto capaz de evidenciar que o agente realizou a ação com a finalidade específica de emprestar aparência de licitude aos valores escondidos.

() O presidente de uma autarquia estadual foi condenado por crime de dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei. O cálculo da respectiva pena de multa deve seguir o critério bifásico do CP, devendo o juiz atender, principalmente, na quantificação do valor de cada dia-multa, ao montante da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

() Cheques de terceiros, recebidos como produtos de concussão continuada, foram depositados pelo agente público na conta bancária de uma escola de fachada, a cujos valores posteriormente teve acesso em simulados pagamentos por aulas ministradas em seus cursos. Neste caso tipifica-se a lavagem de dinheiro, como crime, mesmo que extinta a punibilidade da infração penal antecedente, pela prescrição.

() Artur patrocina interesse privado perante a Administração e consegue obter a instauração de um processo licitatório no interesse de seu cliente. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, para caracterizar-se como crime licitatório, depende da invalidação da licitação ou do contrato administrativo pelo Poder Judiciário.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

81. Assinale a alternativa correta.

- (A) "X" cai num poço e grita por socorro. "Y", que caminhava nas imediações e nenhum vínculo possuía com "X", ao ouvir seus gritos, prepara-se para estender uma corda, mas, ao reconhecê-lo neste tempo como um inimigo mortal, recolhe-a antes que "X" a segurasse, vindo este a morrer devido à falta de socorro, por afogamento. Nessas circunstâncias, "Y" responderá por homicídio.
- (B) Para roubar um banco, "A" amarra "B" pelos pulsos e pernas, sendo este o gerente do estabelecimento. Tortura-o para que diga o segredo do cofre. "B", vencido pela dor e pelo medo, acaba revelando o número da combinação, o cofre é aberto, e o roubo é consumado. Houve, no caso, em relação ao gerente, coação física absoluta excludente da tipicidade.
- (C) Em comprovado surto epilético, "A" desfere violento golpe no ventre de mulher grávida, matando-a. Do evento, também resulta a interrupção da gravidez e a morte do feto. Haveria, neste caso, se "A" não soubesse do estado gravídico da vítima, apenas crime de homicídio.
- (D) Caracteriza hipótese de concurso formal, com aplicação da mais grave das penas, quando "A", com uma única conduta, desdobra em atos de efetuar disparos de arma de fogo, em face de desígnios autônomos, mata o vigilante "B" e a atendente "C" do estabelecimento comercial em que pretende cometer subtração de bens.
- (E) Ao episódio de violência física protagonizado pelo companheiro, em Nova York, EUA, contra a modelo Luísa Brunet, a extraterritorialidade da lei brasileira é condicionada.



82. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A lei brasileira define como organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- (B) A lei penal da organização criminosa permite ao juiz, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até dois terços a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.
- (C) Se houver retratação da proposta de colaboração prevista na lei penal da organização criminosa, as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.
- (D) A configuração do crime de associação criminosa, definido pelo CP, não depende da realização ulterior de qualquer delito compreendido no âmbito de suas projetadas atividades criminosas. E, aquele que, embora sem pertencer à associação, auxilia os associados na prática de determinado crime, responde apenas por este crime.
- (E) A constituição de milícia privada, como fato crime definido pelo CP, é infração comum e formal, pode ter momentos consumativos diferentes e sua finalidade, necessariamente, deve ser a da prática de infrações penais previstas unicamente no próprio CP.

83. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Polícia de Campo Grande investigou um fato que se tornou nacionalmente conhecido como o "golpe da gostosa". Uma pessoa, que se dizia mulher, trocava mensagens pelas redes sociais. Segundo a polícia, ela agia sempre da mesma maneira. Criava um perfil na internet com fotos de mulher bonita e sensual. Os homens então a adicionavam, e a mulher falava que seria melhor conversarem pelo *WhatsApp*. Quando elogiada, dizia ser médica, recém-separada, com diversas fotos de supostos atendimentos médicos em seu perfil. Quando a conversa passava para um tom mais íntimo, ela falava que sofria perseguição do ex-marido e pedia dinheiro para comprar uma passagem de avião e ir ao encontro da vítima, mas, assim que confirmado o depósito, a golpista sumia. O "golpe da gostosa" configura crime de estelionato.
- (B) Ricardo, ao sair de uma agência bancária, sentiu alguém colocar a mão em seu ombro. A pessoa que o abordou, mostrando que estava com um revólver municiado na cintura, ordenou-lhe que colocasse todo o dinheiro que recém havia sacado na mochila que o agente carregava. Este fato configura roubo qualificado.
- (C) José, mediante ardil, instala dispositivo em caixa eletrônico, conhecido como "chupa-cabras", e consegue acesso aos dados e ao cartão da correntista Neli, que ficou retido no caixa. Na sequência, com o uso do cartão, efetua saques e compras no comércio no valor total de 25 mil reais. Caso de furto qualificado pela fraude.
- (D) Sem a ocorrência de lesão ou de perigo concreto de dano na condução do veículo, não constitui crime, de per si, a conduta de quem confia a direção do automotor a pessoa não habilitada ou com o direito de dirigir suspenso.
- (E) A receptação qualificada é crime próprio, do industrial ou comerciante, inclusive o clandestino com comércio exercido em sua residência; mas, para a caracterização do delito, a qualidade de comerciante ou industrial do agente não é o suficiente.



84. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Constituem crimes previstos no ECA os seguintes casos hipotéticos: (1) Ernesto, numa sala de bate-papo na internet, sabendo que a interlocutora é uma criança, tenta aliciá-la a praticar ato libidinoso; (2) Hugo, por puro prazer, recorta o rosto de um adolescente de uma fotografia sem qualquer conotação sexual, e depois o insere, mediante colagem, numa imagem, ainda que grosseira, que retrata uma orgia; (3) Edinho, sem qualquer interesse em contraprestação, repassa, por e-mail, ao seu grupo de amigos, material pornográfico envolvendo adolescente.
- (B) Constituem crimes eleitorais as seguintes hipóteses: (1) oferecer dinheiro a eleitor para abster-se de votar, mesmo que a oferta não seja aceita; (2) fazer propaganda pela imprensa escrita em língua estrangeira; (3) deixar o órgão do Ministério Público de promover a execução de sentença condenatória.
- (C) Em virtude da colisão de trem, um cadete ficou aprisionado entre os destroços, vendo avançar em sua direção as chamas, que o consumiam, e sem esperança nenhuma de ser libertado. Quando começava a sofrer as primeiras queimaduras, foi morto com um disparo por um de seus chefes, ante os seus pedidos insistentes e pungente sofrimento. Neste fato verídico ocorrido no Chile, poder-se-ia enquadrar o comportamento do agente no tipo do homicídio privilegiado pela relevância moral do motivo determinante.
- (D) A polícia, no cumprimento de mandado judicial, apreendeu na casa de Antonio, guardadas em lugares distintos, cem gramas de cocaína e uma balança de precisão para venda de cocaína, configurando-se, nessa hipótese, mais de um crime de tráfico de entorpecentes.
- (E) Não configura início da conduta de matar alguém, e, portanto, não há tentativa de homicídio, na ação da empregada doméstica que, desejando matar o patrão, coloca veneno no alimento que deixa guardado na geladeira, para consumo a noite, tendo ela o dever de permanecer no emprego para servir-lhe o jantar.

85. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito.
- (B) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deve ser cumprida pela autoridade policial.
- (C) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão arquivados na Delegacia de Polícia até a provocação do interessado.
- (D) A autoridade policial depende de autorização judicial para poder realizar a reprodução simulada dos fatos.
- (E) No relatório do que tiver apurado, a autoridade policial poderá indicar testemunhas que não foram inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

86. Com base nos institutos aplicáveis ao Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, em hipótese alguma é aceita a persecução com base em denúncia anônima.
- (B) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, em face do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ainda que em fase inquisitorial, ter acesso a procedimento investigativo referente à medida de busca e apreensão domiciliar a ser executada.
- (C) Consoante entendimento dos Tribunais Superiores, o arquivamento de inquérito policial com base na atipicidade do fato tem eficácia de coisa julgada material, exceto se emanada de decisão de juiz absolutamente incompetente.
- (D) Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, caso o Ministério Público não ofereça a suspensão condicional prevista na Lei nº 9.099/95, o magistrado deve fazê-lo de ofício.
- (E) O juiz pode determinar, de ofício, a reconstituição do crime durante a fase inquisitorial.



87. Sobre princípios e garantias processuais penais fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do *nemo tenetur se detegere* é corolário da garantia constitucional do direito ao silêncio e impede que todo o acusado seja compelido a produzir ou contribuir com a formação de prova contrária ao seu interesse, salvo se não houver outro meio de produção de prova.
- (B) Constitui nulidade relativa o desempenho de uma única defesa técnica para corréus em posições conflitantes, em razão de violação ao princípio da ampla defesa.
- (C) A garantia constitucional da duração razoável do processo não se aplica ao inquérito policial por se tratar de procedimento administrativo, sendo garantia exclusiva do processo acusatório.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça vem admitindo a mitigação do princípio da identidade física do juiz nos casos de convocação, licença, promoção ou de outro motivo que impeça o juiz que tiver presidido a instrução de sentenciar o feito, aplicando, por analogia, a lei processual civil.
- (E) A defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

88. Segundo as regras do Código de Processo Penal, referente à ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público pode desistir da ação penal.
- (B) A representação pode ser retratada mesmo depois de oferecida a denúncia.
- (C) Uma vez dispensado o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia pelo Promotor de Justiça deve ser contado da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação.
- (D) O perdão concedido a um dos querelados não aproveita aos demais.
- (E) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não pode ser aditada pelo Ministério Público.

89. Referentemente aos procedimentos do Direito Processual, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Defensores Públicos e dativos possuem a prerrogativa de intimação pessoal para o julgamento de apelação, sendo absoluta a nulidade oriunda da falta dessa intimação e não se sujeitando, assim, à preclusão.
- (B) São válidas e eficazes as intimações realizadas em nome de um só dos advogados constituídos, ainda que haja pedido expresso de que as publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado patrono ou de todos os procuradores.
- (C) A notificação do acusado para apresentar defesa antes do recebimento da denúncia, nos termos do art. 514 do Código de Processo Penal, aplica-se ao funcionário público e ao particular coautor ou partícipe daquele.
- (D) A apresentação espontânea do réu impede a lavratura do auto de prisão em flagrante e a decretação de prisão preventiva, ainda que presentes os requisitos que a autorizem, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Tratando-se de procedimento comum ordinário, se a citação do réu tiver sido realizada no mesmo dia designado para o interrogatório, tal fato por si só não dará ensejo à nulidade do processo, cuja declaração depende da demonstração de efetivo prejuízo à defesa.

90. Assinale a alternativa correta com relação ao procedimento do Júri.

- (A) A competência material prevista na Constituição Federal de 1988 não pode ser ampliada pelo legislador ordinário.
- (B) O libelo-crime acusatório e o desaforamento foram excluídos em recente reforma realizada no procedimento.
- (C) A pronúncia é uma decisão interlocutória mista não terminativa e pode ser impugnada mediante recurso em sentido estrito no prazo de cinco dias.
- (D) Não comprovada a existência do fato, o juiz deverá impronunciar o acusado, viável recurso de apelação no prazo de cinco dias.
- (E) Não há prazo previsto em lei para encerramento da primeira fase do procedimento do Júri.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

91. Com base nas disposições legais referentes a recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) O duplo grau de jurisdição obrigatório é previsto na lei para hipótese de decisão concessiva de reabilitação.
- (B) Nos processos por crimes de competência do Tribunal do Júri, a apelação do ofendido só é permitida quando já efetivada sua habilitação como assistente da acusação.
- (C) No caso de concurso de agentes, aproveita aos demais a decisão de recurso interposto por um dos réus, fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal.
- (D) Interposto recurso em sentido estrito contra decisão que julgou procedente exceção de litispendência, se o magistrado, em juízo de retratação, reformar a decisão atacada julgando improcedente a exceção, pode a parte contrária impugnar essa nova decisão com idêntico recurso, por simples petição e independentemente de novos arrazoados.
- (E) O provimento de apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri, fundada na divergência entre a sentença do juiz e as respostas dos jurados aos quesitos, imporá ao réu novo julgamento.

92. Sobre as nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz, sob pena de nulidade, deverá motivar o despacho que receba a denúncia, porque a decisão, nessa fase preliminar, tem conteúdo decisório.
- (B) A competência determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal é relativa, devendo ser arguida em tempo oportuno, sob pena de preclusão.
- (C) Tanto a nulidade absoluta quanto a nulidade relativa podem ser reconhecidas de ofício, independentemente de requerimento das partes, já que o ato viciado não se convalida no processo.
- (D) A citação do réu preso no distrito de culpa, realizada por requisição, supre a citação por mandado, desde que convalidada na primeira oportunidade de comparecimento do réu em juízo.
- (E) As nulidades da instrução criminal dos processos comuns deverão ser arguidas ao final da audiência de inquirição das testemunhas, ou, de imediato, tão logo ocorram, sob pena de preclusão.

93. Sobre interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) A gravação que não interessar à prova será inutilizada, *incontinenti*, por determinação da autoridade policial, durante o inquérito policial.
- (B) Em qualquer hipótese, a interceptação telefônica não será admitida quando não for possível a indicação e qualificação dos investigados.
- (C) A interceptação telefônica poderá ser determinada pelo juiz a pedido da autoridade policial ou do Ministério Público, não podendo ser determinada de ofício.
- (D) O pedido de interceptação telefônica poderá ser formulado verbalmente e após reduzido a termo, devendo o juiz sobre ele decidir no prazo de 24 horas.
- (E) O crime de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal), executado por uma só pessoa e sem emprego de arma de fogo, mas mediante grave ameaça, admite a quebra do sigilo telefônico.

94. Em relação ao mandado de segurança, ao *habeas corpus* e aos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito dos juizados especiais criminais, da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa, caberá nos moldes das leis processuais gerais, recurso em sentido estrito.
- (B) É cabível mandado de segurança contra decisão de juiz que, em ação penal de natureza pública, tenha inadmitido assistente de acusação.
- (C) O recurso de apelação se tornará deserto, não cabendo a sua apreciação pela instância superior, em face da não apresentação das razões recursais no prazo legal.
- (D) Considere que um réu, processado pela prática de dois crimes, seja condenado em um deles e, no outro, seja declarada a extinção da punibilidade. Nessa situação, caberá à acusação apelar em relação à condenação e interpor recurso em sentido estrito em relação à extinção de punibilidade.
- (E) Admite-se a impetração de *habeas corpus* para discutir pena de multa, em face da possibilidade de sua conversão em pena privativa de liberdade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

95. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas a dispositivos da Lei nº 10.741/2003.

- () No caso de pessoa idosa abrigada em entidade filantrópica de longa permanência, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade, desde que não exceda ao valor do benefício mensal de 1 (um) salário mínimo previsto na Lei nº 8.742/93 (Lei orgânica da assistência social - Loas).
- () Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, sendo que para ter acesso ao benefício basta a realização de cadastramento prévio.
- () Constitui obrigação das entidades de atendimento ao idoso propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- () Verificada ameaça ou violação a direitos de pessoa idosa, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, pode determinar, dentre outras, a medida de orientação e tratamento a usuário dependente de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
(B) F – V – F – V.
(C) V – V – F – F.
(D) F – F – V – V.
(E) V – F – V – F.

96. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas à representação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 (captação de sufrágio).

- () A representação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 somente abrange atos praticados no período entre o registro da candidatura e o dia da eleição.
- () Para a caracterização da conduta ilícita de captação de sufrágio, é necessário o pedido explícito de votos.
- () O recurso contra decisões proferidas com base no art. 41-A da Lei nº 9.504/97 deverá ser apresentado no prazo de vinte e quatro horas da publicação da decisão em cartório ou sessão, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões, em igual prazo, a contar da sua notificação.
- () A representação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 só pode ser ajuizada até a data da diplomação.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V.
(B) V – V – F – F.
(C) F – F – V – V.
(D) F – V – F – V.
(E) V – F – V – F.

97. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.
- (B) As contribuições e doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, por pessoas físicas, ficam limitadas a 20% (vinte por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.
- (C) A decisão que julgar as contas de campanha dos candidatos eleitos deve ser publicada em sessão até três dias antes da diplomação.
- (D) A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados.
- (E) O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político não impede ação do Ministério Público no mesmo sentido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

98. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

() É facultado ao partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerado inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro.

() Cabe a qualquer eleitor, candidato, partido político, coligação, ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

() Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o Juiz Eleitoral deve apresentar a sentença em cartório 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr deste momento o prazo para interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.

() São inelegíveis os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe violação aos princípios da administração pública, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.

99. Considere as seguintes afirmações relativas aos direitos da pessoa com deficiência.

I. A definição da curatela não alcança o direito ao voto.

II. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação, sendo que no caso de não haver procura pelos assentos reservados, esses podem ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida.

III. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público, mas esse direito não é extensivo ao seu acompanhante ou atendente pessoal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

100. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas a dispositivos da Lei nº 13.146/2015.

() Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, não podendo, no entanto, exercer essa prioridade mais de uma vez.

() Como consequência do direito à participação na vida pública e política, a lei assegura a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência.

() Na tomada de decisão apoiada, em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, o juiz deverá destituir o apoiador divergente e nomear outra pessoa para prestação de apoio.

() O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – F.

GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA PREAMBULAR

1	E	26	D	51	D	76	C
2	A	27	D	52	E	77	D
3	C	28	A	53	A	78	C
4	D	29	C	54	A	79	D
5	E	30	E	55	C	80	B
6	C	31	B	56	A	81	E
7	B	32	C	57	E	82	A
8	B	33	A	58	E	83	D
9	C	34	C	59	B	84	D
10	C	35	E	60	C	85	ANULADA
11	A	36	D	61	A	86	ANULADA
12	E	37	B	62	D	87	ANULADA
13	B	38	D	63	D	88	ANULADA
14	B	39	C	64	A	89	ANULADA
15	A	40	E	65	B	90	ANULADA
16	D	41	B	66	A	91	ANULADA
17	B	42	D	67	D	92	ANULADA
18	E	43	A	68	D	93	ANULADA
19	D	44	C	69	A	94	ANULADA
20	C	45	A	70	C	95	D
21	C	46	B	71	B	96	A
22	D	47	E	72	E	97	B
23	B	48	C	73	C	98	E
24	D	49	A	74	B	99	B
25	A	50	E	75	C	100	C